



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 915, DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2014 (nº 376/2011, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulação de calibrador de pneus*.

Relator: Senador **REGUFFE**

I – RELATÓRIO

Encontra-se para análise desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 104, de 2014, de autoria da Deputada Nilda Gondim, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulação de calibrador de pneus”.

O projeto está estruturado em três artigos. O primeiro determina que os proprietários de postos de combustíveis e “estabelecimentos congêneres” sejam obrigados a realizar manutenção e regulações periódicas em equipamentos de calibragem de pneus. O segundo sujeita os infratores da regra estabelecida no art. 1º a multa, e o último artigo é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Em sua justificação a autora destaca que estudo realizado pela Universidade de Brasília apontou ser frequente encontrar calibradores de ar desregulados nos postos de combustíveis. Por outro lado, o efeito de calibrações incorretas incluiria maior desgaste dos pneus, maior consumo de combustível – com subsequentes efeitos deletérios sobre o meio ambiente –, e até mesmo, menor confiabilidade dos pneus em situações extremas, o que comprometeria a segurança dos passageiros do veículo.

A matéria foi distribuída com exclusividade a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

II - ANÁLISE

Como o projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão, cabe-nos opinar não só sobre seu mérito, mas também acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Inicialmente, registre-se que a manutenção da calibragem adequada dos pneus é importante medida de segurança dos passageiros e conservação do veículo. Para se ter uma ideia, desde 2008 nos Estados Unidos, e desde 2012 na Europa, os veículos novos saem de fábrica com dispositivo de alerta de pressão baixa dos pneus.

Neste sentido concluem pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), ao mencionarem o exemplo de um carro popular que circule por três anos com uma pressão abaixo da ideal, o que poderia ensejar um prejuízo aproximado de R\$ 4 mil reais. Levando-se em conta que um pneu rode 60 mil quilômetros; se não calibrado adequadamente, o pneu não passaria de 40 mil.

Outra importante consequência é o aumento de até 10% do consumo de combustível pelos veículos com pneus descalibrados, ocasionando um incremento desnecessário na emissão de gases derivados da queima de combustíveis fósseis.

Preocupante, outrossim, é a constatação de que mesmo que determinado proprietário do veículo siga as recomendações de verificar constantemente a calibragem de seus pneus em um posto de sua confiança, ainda assim poderá estar trafegando com estes acima ou abaixo da pressão correta. Isto porque, também concluiu estudo da UnB, é bastante comum os equipamentos calibradores dos postos de combustíveis estarem desregulados.

Como se sabe, trata-se de serviço opcional e gratuito oferecido pelos postos de combustíveis; porém, se for oferecido pelo empresário à sociedade, deve ser prestado com qualidade e respeito ao consumidor.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, pela **aprovação** do PLC nº 104, de 2014.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 2015.

Senador Otto Alencar, Presidente

Senador REGUFFE, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 47ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 20 de outubro de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)